



Handwritten signature and name: J. Costa, Arifa



Relatório de Atividades e Contas 2025

*aprovado 45 votos
a favor, 0 contra, 0
abstenções*

Handwritten signature



ARIFA – Associação de Reformados e Idosos da Freguesia de Amora
Medalha de Bons Serviços Municipais da Câmara Municipal do Seixal

Relatório de Atividade e Contas 2025
Assembleia Geral, realizada a 27 de março de 2026.

Lista de Siglas e Acrónimos

- ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
- ARIFA – Associação de Reformados e Idosos da Freguesia de Amora
- ARS-LVT -Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- CC – Centro de Convívio
- CCT – Convenção Coletiva de Trabalho
- CD – Centro de Dia
- CLASS – Conselho Local de Ação Social do Seixal
- CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
- Comissão Social de Freguesia de Amora
- CPCJ do Seixal – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Seixal
- EAPN Portugal – European Anti-Poverty Network Portugal
- ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- HACCP - Hazard Analsis and Critical Control Point ou Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos.
- HST – Higiene e Segurança no Trabalho
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ISS, IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público
- NLI do RSI do Seixal – Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção do Seixal
- NP EN ISSO - Norma Portuguesa European Norm International Organization for Standardization
- SAS - Serviço de Apoio Domiciliário
- SNC/ESNL - Sistema de Normalização Contabilística / Entidades do Sector Não Lucrativo
- TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
- UARPICS – União das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho do Seixal
- UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados
- UDIPSS – União Distrital das Instituições e Solidariedade Social

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. Costa' and 'ifreil'.

Índice

T. S.
AL
J. Costa
H.
Freire

- 1. Órgãos Sociais pág. 5**
- 2. Introdução pág. 6**
- 3. Enquadramento Organizacional pág. 8**
 - 3.1. Missão e Atribuições
 - 3.2. Visão e Valores
 - 3.3. Política de Gestão
- 4. Estrutura Organizacional pág. 10**
 - 4.1 Organograma Funcional
 - 4.2 Organograma Organizacional
- 5. Estrutura de Serviços pág. 12**
- 6. Estrutura Operacional pág. 15**
 - 6.1 Coordenação Técnica
 - 6.2 Serviços de Comunicação, Imagem e de Apoio
 - 6.3 Serviço Financeiro e de Tesouraria, de Organização e Recursos Humanos
 - 6.4 Serviços de Informática e Tecnologias de Informação
 - 6.5 Gabinete Jurídico
 - 6.6 Apoio Médico e Serviços de Enfermagem e Farmácia
 - 6.7 Transportes
 - 6.8 Participação da ARIFA nas Redes e nas Parceiras Institucionais
- 7. Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais 2025 pág. 19**
 - 7.1. Objetivos Estratégicos
 - 7.2. Objetivos Operacionais e Medidas
- 8. Protocolos, Contratos, Programas e Parcerias pág. 22**
- 9. Site oficial da ARIFA pág. 23**
- 10. Recursos Humanos pág. 23**
- 11. Recursos Financeiros pág. 25**
- 12. Conclusões pág. 25**
- 13. Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos 2025 pág. 28**
- Anexo 1: Balanço 2025 pág. 29**
- Anexo 2: Demonstração dos Resultados por Naturezas 2025 pág. 30**
- Anexo 3: Anexo ESNL 2025 pág. 31**
- Anexo 4: Relatórios de Atividades das Equipas Técnicas 2025 pág. 56**

1. Órgãos Sociais 2024-2027



Os órgãos sociais da ARIFA são constituídos por pessoas com espírito social e solidário ao serviço da Comunidade, cujo mandato tem a duração de 4 anos.

> Assembleia Geral

Presidente: Maria Odete S. P. Gonçalves – Associada 631

1º Secretária: Maria Amélia R. M. Diogo – Associada 3321

2º Secretário: Raul José Neves Janeiro – Associado 114

> Direção

Presidente: Fernando Júlio da Silva e Sousa – Associado 612

Vice-Presidente: Maria Júlia S. Freire – Associada 2216

Tesoureiro: Guilherme José A. Bettencourt – Associado 3818*

1ª Secretário: António Joaquim – Associado 634

2º Secretário: José Assunção Dias Costa – Associado 3471*

1º Vogal: Adriel Augusto Madureira – Associado 2739 *

**Mudança de cargo durante 2025*

> Conselho Fiscal

Presidente: Victor Paulo Gomes da Silva – Associado 3390

1º Vogal: Manuel Barrete Constâncio – Associado 633

2º Vogal: Elisete Maria Pereira Beirão – Associada 3137

2. Introdução



O Relatório de Atividades e as Contas 2025 da ARIFA, assume-se como um instrumento de gestão ao qual é atribuído um relevante papel na gestão da Associação. Ele sistematiza a informação e permite analisar o grau de realização do respetivo Plano de Atividades e do Orçamento de 2025. A Direção e os Serviços Técnicos da ARIFA apresentam o resultado do trabalho efetuado e o orçamento que o suportou, para servir os nossos utentes.

Disponibiliza igualmente informação relativa aos recursos humanos, técnicos e financeiros mobilizados. Este conjunto de informação, tem em vista cumprir com as obrigações da ARIFA previstas nos seus estatutos e na legislação aplicável, como serve de base à tomada de decisão informada sobre as atividades futuras e sobre a adequação dos recursos existentes, ao cumprimento da nossa missão.

A ARIFA é uma entidade que assume a forma jurídica de Associação, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e por inerência, Entidade de Utilidade Pública. Perante os novos desafios propostos pela Lei de Bases da Economia Social, defende a sua matriz identitária (economia social e solidária), o princípio da subsidiariedade, a vivência da solidariedade, da justiça e da cooperação interinstitucional.

A ARIFA, no decurso de 2025, manteve o regular funcionamento dos seus órgãos estatutários tendo sido realizadas 4 reuniões da Assembleia Geral, 2 reuniões do Conselho Fiscal e 22 reuniões da Direção.

A ARIFA – Associação dos Reformados e Idosos da Freguesia de Amora, na qualidade de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, prosseguiu os seus estatutos, colocando sempre em destaque, o trabalho em prol dos mais frágeis e carenciados da Freguesia de Amora e do Concelho do Seixal.

Apesar das suas dificuldades financeiras, e foram muitas, o Plano de Ação e Atividades para o exercício de 2025, foi na sua generalidade cumprido, e em algumas situações ultrapassado. Tal desiderato só foi possível com o saber e dedicação dos Corpos Sociais e de todos os Trabalhadores da Instituição.

As Contas da ARIFA de 2025 foram elaboradas tendo por base o seu enquadramento como Associação, como Instituição Particular de Solidariedade Social e no cumprimento do SNC/ESNL. Teve sempre presente a sua responsabilidade, contemplada nos seus estatutos e na Lei que rege a atividade das Instituições com estatuto de IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, de apresentar a todos os seus associados, organismos oficiais, e demais interessados, o Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2025.

O financiamento do orçamento da ARIFA, para garantir o seu regular funcionamento, no decurso do ano de 2025, foi assegurado através de Acordos de Cooperação IGFSS, Contratos de Prestação de Serviços com o Ministério da Saúde e Projetos com financiamento do IEFP. A Câmara Municipal do Seixal e a Junta de Freguesia de Amora protocolaram atividades pontuais. Assinala-se o cumprimento do plano de transferências de recursos financeiros efetuadas por estas entidades, conforme planeamento oportunamente acordado.

Contou com outros apoios de menor expressão, mas também importantes,

ARIFA - Associação de Reformados e Idosos da Freguesia da Amora

Tel.: 212 240 498 (Chamada para a rede fixa nacional) E-mail: geral.arifa@gmail.com

Morada: Rua Abel Salazar N°5A, 2845-042 Amora

7 nomeadamente, Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, Entreatuda – Banco de Bens Doados, Continente Modelo – Loja da Cruz de Pau e algum Comércio Local.

Na globalidade, em 2025, a ARIFA apresenta um Resultado Líquido negativo de 148.234,93 euros. Geriu um montante de Rendimentos de cerca de 3,7 milhões de euros e de 3,8 milhões euros de Gastos. De sublinhar que 69,4% dos Rendimentos foram gastos com pessoal e do total de Gastos, 66,7% foram gastos com pessoal.

A Direção agradece a todos os que colaboraram e ajudaram a dignificar o nome da ARIFA, como IPSS de referência, na prossecução dos seus objetivos, no ano de 2025.

Aos Trabalhadores da Instituição, quer a Direção expressar o seu mais profundo agradecimento pelo trabalho desenvolvido em prol de quem está ao nosso cuidado.

Amora, aos 20 de março de 2026
A Direção da ARIFA

Presidente: Fernando Júlio da Silva e Sousa



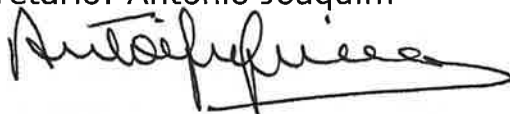
Vice-Presidente: Maria Júlia S. Freire



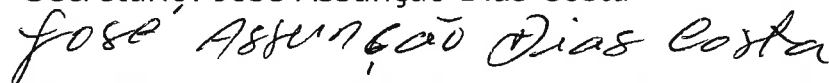
Tesoureiro: Guilherme José de Abreu Bettencourt



1º Secretário: António Joaquim



2º Secretário: José Assunção Dias Costa



1º Vogal: Adriel Augusto Madureira

João Costa
AK



3. Enquadramento Organizacional

A ARIFA é uma Associação com o Estatuto de IPSS, Entidade Utilidade Pública, por inerência.

Foi fundada a 4 de novembro de 1979 e regendo-se pelos seus novos Estatutos aprovados em 30 de outubro de 2015. O último registo de atualização dos Estatutos foi feito pelo averbamento nº 2, à inscrição nº 60/85, a fls. 64 verso e 65 do Livro nº 1 das Associações de Solidariedade Social e considerado efetuado em 13-11-2012.

A ARIFA conta atualmente com 1021 sócios em nome individual e 4 empresas ou associações.

3.1 Missão e Atribuições

Promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas, ou em situação de fragilidade e das crianças.

Considera serem suas atribuições:


- Satisfazer as necessidades dos utentes com vista à melhoria da sua qualidade de vida, bem como responder às expectativas e necessidades das famílias.
- Cumprir os requisitos legais e normativos que enquadram a sua atividade e criar sinergias com a comunidade e parceiros sociais que garantam a partilha de recursos.
- Criar condições para a inovação, aperfeiçoamento dos colaboradores e assegurar que todos os colaboradores se encontram informados e comprometidos com a política de qualidade.
- Orientar-se para princípios éticos e deontológicos no exercício da atividade.
- Garantir a excelência de serviços melhorando continuamente.
- Assegurar a melhoria contínua do Sistema de Gestão de Qualidade.
- Desenvolver uma política de proteção do meio ambiente.
- Promover o voluntariado.

3.2 Visão e Valores

Os Órgãos Sociais e a Equipa da ARIFA trabalham todos os dias com o objetivo de ser uma referência, a nível nacional no âmbito dos seus serviços e com base nos seus valores, garantir a excelência e aumentar o leque de serviços de forma a satisfazer a crescente necessidade da comunidade, envolvendo e motivando os nossos trabalhadores nesse sentido.

Defendemos os seguintes valores:

- Solidariedade
- Respeito da privacidade e a individualidade dos utentes e colaboradores
- Honestidade
- Respeito e rigor pelos compromissos assumidos
- Ética Profissional
- Defesa do nome e imagem da Instituição
- Integridade

- 
- Promoção de boas práticas
 - Humanização
 - Contribuição para a preservação ambiental
 - Contribuição para um bom relacionamento entre todos os utentes, família, colaboradores e parceiros

3.3 Política de Gestão

A Direção da ARIFA cumpriu todos os pressupostos inerentes na sua política de gestão, tendo como referencial a norma NP EN ISO 9001, como um instrumento fundamental na prossecução do funcionamento de excelência da instituição. Trabalhou-se ainda promover o desenvolvimento global da associação, baseado no rigor e na melhoria contínua dos serviços prestados.

A Direção da ARIFA manteve a política do cumprimento das CCT para as IPSS não só nas cláusulas pecuniárias, nas cláusulas das carreiras dos seus trabalhadores e, em suma, os direitos e deveres consignados em sede das CCT.

A Direção da ARIFA assumiu uma política de Recursos Humanos promotora da igualdade de género, direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa. Em relação aos seus trabalhadores, tal como na maior parte das IPSS, embora não seja uma situação a ter em conta, as mulheres assumem o maior número dos cargos e das tarefas, estando os homens em muito menor número, por vezes um número residual no Quadro de Pessoal. Na política de vencimentos naturalmente que a paridade foi total, no cumprimento das CCT.

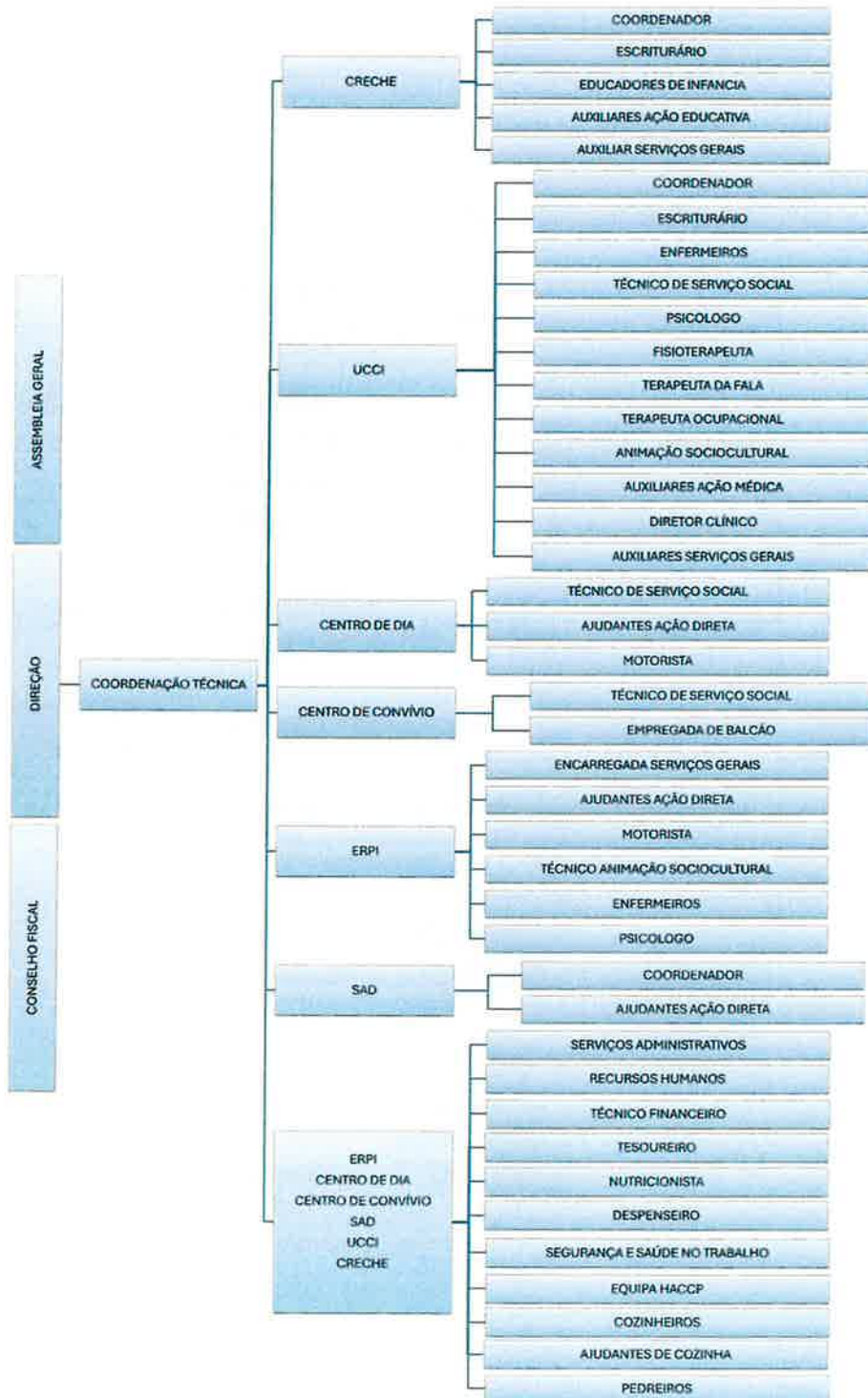
Sempre que os diversos serviços e respostas sociais ficaram assegurados, mantiveram-se as medidas de favorecimento da conciliação das responsabilidades profissionais com a vida familiar e pessoal.

4. Estrutura Organizacional

4.1 Organograma Funcional

Handwritten signature and initials:
 Costa
 ↑
 Freire

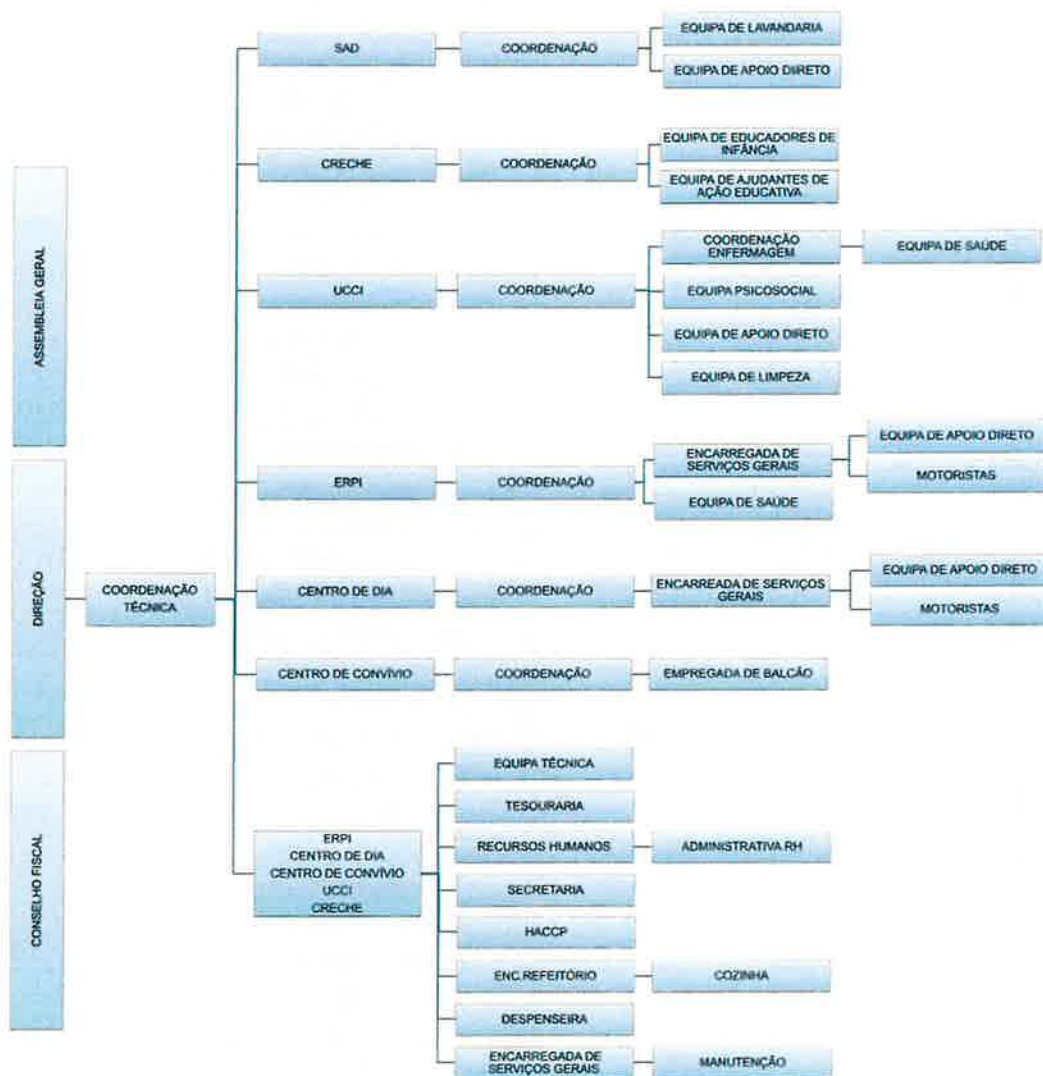
Organograma Funcional ARIFA



J. Costa
Arifa

4.2 Organograma Organizacional

Organograma Organizacional ARIFA



PS
jeost
ifere

➤ **Centro de Dia**

Resposta social que prestou um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos, que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia, na sua grande maioria.

Objetivos

- ❖ Assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados à satisfação das necessidades e expectativas do utilizador.
- ❖ Prevenir situações de dependência e promover a autonomia.
- ❖ Promover as relações pessoais e entre as gerações.
- ❖ Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida.
- ❖ Contribuir para retardar ou evitar ao máximo o internamento em instituições.
- ❖ Promover estratégias de desenvolvimento da autoestima, da autonomia, da funcionalidade e da independência pessoal e social do utilizador.
 - Número utentes em Acordo: 25

A Resposta Social de Centro de Dia, apesar de ser uma resposta acoplada à ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, apresenta as características e as dinâmicas próprias das outras Respostas de Centro de Dia. Na Freguesia existiu a necessidade da continuidade do seu funcionamento, devido à procura por parte da população.

➤ **Serviço de Apoio Domiciliário**

Resposta social que consistiu na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Objetivos

- ❖ Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias.
- ❖ Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar.
- ❖ Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais.
- ❖ Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia.
- ❖ Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes (mediante contratualização).
- ❖ Facilitar o acesso a serviços da comunidade.
- ❖ Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.
 - Número utentes em Acordo: 70

A Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário, é uma solução para o retardamento da institucionalização em ERPI. Carece urgentemente de revisão do seu guião e dos seus procedimentos, atendendo a que as realidades, as tipologias e as patologias dos idosos de hoje, são diferentes e mais agravadas. A ARIFA tem sido arauto da necessidade dessa revisão, junto das entidades responsáveis pelo acompanhamento desta resposta social.

Os organogramas da ARIFA, refletiram as necessidades de adaptação da estrutura de recursos humanos face ao incremento das atividades desenvolvidas pela ARIFA, quer das inicialmente consignadas nas suas atribuições, quer outras que lhes foram somadas, designadamente o desenvolvimento de diversos serviços cada vez mais exigentes do ponto de vista do conhecimento técnico, financeiro, jurídico e administrativo.

Neste contexto, a configuração organizacional da ARIFA refletiu na lógica do seu quadro de pessoal, uma estrutura humana estratificada, com muitos elementos mais qualificados academicamente, respondendo às diversas tipologias de Respostas Sociais, Respostas de Saúde, Respostas de Apoio ao Funcionamento, Respostas de Ocupação dos Tempos Livres. O seu enquadramento e acompanhamento foi feito pela Direção, enquanto Órgão Executivo, no cumprimento dos seus objetivos e, em última instância, para cumprir a sua missão da ARIFA.

5.0 Estrutura de Serviços

Com o seu edificado na Freguesia da Amora, no Município do Seixal, Distrito de Setúbal, prestou um conjunto de serviços nas respostas sociais de:

➤ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar)

Resposta social destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos, com a definição dos termos de reconhecimento da situação de demência, nas situações aplicáveis.

Objetivos

- ❖ Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas.
- ❖ Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo.
- ❖ Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar
- ❖ Potenciar a integração social.
 - Número utentes em Acordo: 72

A Resposta Social ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas tem para o seu funcionamento uma grande percentagem dos recursos humanos e financeiros da Instituição, para além de ter nas suas instalações os Serviços de Apoio ao Funcionamento. Por ser uma resposta que funciona 24h e nos 365 dias do ano, o seu desgaste ao nível do edificado e equipamentos é em muitas situações prematuro. Assim, o investimento em obras de recuperação, de requalificação e de substituição de equipamentos é significativo.

No entanto, considerando as necessidades de melhoramentos e remodelações adaptadas às novas realidades dos utentes que se aproximam da Instituição, este ano, procedeu-se à requalificação integral de 20 quartos, com o apoio da Câmara Municipal do Seixal, melhorando a sua habitabilidade, conforto, acessibilidades e segurança.

A Cantina Social, não sendo uma Resposta Social, é um serviço de apoio à população carenciada. A comparticipação da segurança social para o fornecimento de refeições continua abaixo do valor real do custo da refeição. Atendendo a que o serviço de Cozinha é partilhado por várias Respostas Sociais e Serviços tem sido possível manter o seu funcionamento, diluindo o seu custo real.

➤ **UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados**

Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua reabilitação, autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra, com vista à sua reintegração sociofamiliar.

- ❖ São objetivos da UCCI da ARIFA a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

- Número utentes em Acordo: 30

A UCCI, é uma Resposta de Saúde financiada através de um Contrato tripartido de Prestação de Serviços com a AESVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e Centro Distrital de Setúbal, do Instituto da Segurança Social. O serviço praticado na UCCI, está consignado nesse Contrato de Prestação de Serviços, e, responde superiormente à Rede Nacional de UCCI.

6.1 Estrutura Operacional

6.1 Coordenação Técnica

Atuou em matérias transversais à organização, tendo como missão principal assegurar o apoio técnico à Direção da ARIFA, permitindo uma mais eficaz e eficiente articulação com os restantes órgãos sociais e estruturas intermédias, através da coordenação das atividades de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, das tecnologias de informação, da comunicação institucional e do apoio jurídico.

Continuou a ter sob sua responsabilidade direta a execução de programas ou projetos, indispensáveis aos fins da ARIFA bem como a coordenação dos serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, comunicação e imagem, de informática e tecnologias de informação, todos os serviços de apoio às diversas respostas sociais bem como o acesso ao apoio jurídico, que apoiaram transversalmente as atividades da ARIFA.

Coordenou a execução das tarefas de secretariado da Direção e de suporte à organização de reuniões, conferências e outras iniciativas promovidas pela Direção.

Ocorreram regularmente reuniões setoriais, com os membros da Direção responsáveis pelas respostas sociais e serviços para agilizar procedimentos e preparar tomadas de decisão pela Direção.

➤ **Centro de Convívio**

Resposta social de apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas, residentes na comunidade da Freguesia de Amora

Objetivos

- ❖ Prevenir a solidão e o isolamento
- ❖ Incentivar a participação e inclusão dos idosos na vida social local
- ❖ Fomentar as relações interpessoais e entre as gerações
- ❖ Contribuir para retardar ou evitar ao máximo o internamento em instituições.
 - Número utentes em Acordo: 51

A Resposta Social de Centro de Convívio, é a mais antiga das Respostas Sociais que, a ARIFA promove. No ano de 2025 funcionou com toda a regularidade satisfazendo as necessidades dos nossos utentes.

➤ **Creche**

Resposta social de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período de impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto.

Objetivos

- ❖ Proporcionar, através de um atendimento individualizado, o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física
- ❖ Colaborar com a família na partilha de cuidados e responsabilidades no desenvolvimento das crianças
- ❖ Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado.
 - Número utentes em Acordo: 78

A Resposta Social Creche é a mais nova das Respostas Sociais promovidas pela Instituição. Por ser um equipamento mais recente, não careceu no exercício de 2025 de grande investimento em obras e remodelações, pese embora haver a registar pequenas intervenções, devido ao uso e desgaste de alguns equipamentos.

É de referir que, a resposta tem grande procura e esteve sempre com lotação completa. Está na rede nacional "Creche Feliz" e é uma resposta socioeducativa que passou a ter apenas para financiar o seu funcionamento, os valores em sede de Protocolo de Cooperação com o ISS, IT.

➤ **Cantina Social**

Resposta social destinada ao fornecimento de refeições, a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, podendo integrar outros serviços, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

Objetivos

- ❖ Garantir alimentação à população carenciada
- ❖ Promover a autoestima através da prática de hábitos de higiene
- ❖ Sinalizar e diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento.
 - Número utentes em Acordo: 30

Arifa
Creche

Todas as decisões que implicaram representação, decisões de gestão, decisões de tesouraria ou financeira e decisões que obrigaram a ARIFA, foram sempre objeto de validação pela Direção da ARIFA.

Arifa
A. Costa
[Signature]

6.2 Serviços de Comunicação, Imagem e de Apoio

Asseguraram os serviços de apoio aos órgãos sociais, ao gerir e promover a comunicação e a imagem institucionais interna e externamente.

Na vertente de comunicação, assumem a operacionalização da comunicação institucional, gerindo a página web da ARIFA, promovendo a presença da ARIFA nas redes sociais, em articulação com a entidade com prestação de serviços externo na área da comunicação. Divulgam igualmente estudos e publicações, e desenvolvem trabalhos de multimédia, design gráfico e audiovisual para uso interno ou externo da instituição.

Relativamente à área de apoio, tiveram a seu cargo todo o tipo de tarefas na produção de imagem e apoio às atividades dos serviços, necessárias ao normal funcionamento dos serviços da ARIFA.

6.3 Serviços Financeiro e Tesouraria, de Organização e Recursos Humanos

Estes serviços prestaram assessoria à Direção ao promoverem e assegurarem uma gestão eficaz e eficiente dos diversos serviços e respostas sociais da ARIFA, na particularidade do seu papel, seja na Gestão de Recursos Humanos, na Gestão Orçamental, na Gestão Financeira, na Gestão Patrimonial e nos procedimentos Contabilísticos e Fiscais.

Para além da equipa interna da ARIFA encabeçada por um TOC e sobre coordenação do Tesoureiro da Direção o serviço da Contabilidade foi assegurado, por contrato em regime de outsourcing, pela ODULISSER Contabilidade Lda.

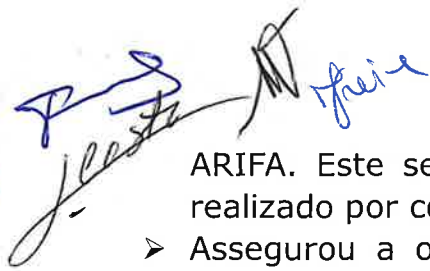
Os Recursos Humanos internos da ARIFA prestam acessória à Direção na gestão de pessoas e é crucial para potenciar o capital humano, alinhando os objetivos dos trabalhadores com a estratégia da organização e, aumentar a produtividade e o sucesso. Envolve atrair talentos, motivar, desenvolver competências e criar um ambiente positivo, levando à redução do absentismo, bem como, à melhoria do clima organizacional.

Foram realizados os inventários anuais dos serviços e das respostas sociais, para serem apresentados e considerados em sede do fecho das Contas deste.

6.4 Serviço de Informática e Tecnologias de Informação

Teve a seu cargo a gestão do sistema informático e apoiou os utilizadores no uso corrente das tecnologias de comunicação e informação nas suas respostas sociais e serviços.

- Foi renovada e atualizada a instalação e utilização da rede de serviço do WIFI e criados acessos para os utentes e familiares, nas instalações da



- ARIFA. Este serviço de requalificação e gestão da rede informática foi realizado por contrato em regime de outsourcing com a ENDLESS TECH.
- Assegurou a organização e atualização dos sistemas de informação e respetivas bases de dados, zelando pela segurança dos mesmos, garantindo ainda o respetivo acompanhamento em articulação estreita com a ODULISSER Informática e a F3M nomeadamente com os softwares eSOCIAL e o novo programa instalado o UHEALTHi que engloba as respostas sociais ERPI, Centro de Dia, SAD e UCCI. O programa permite o cumprimento das obrigações emergentes da legislação como o respeito à proteção de dados, os registos passam a estar maioritariamente informatizados.
 - Foi realizada uma candidatura ao Banco de Bens Doados que permitiu a cedência de oito computadores que vieram reforçar o parque informático da ARIFA.

6.5 Gabinete Jurídico

Foi uma assessoria externa, com contrato de prestação de serviços, em regime de outsourcing e esteve a cargo de Dra. Teodora Mendes Advogados. Competiu-lhe prestar serviços de consultadoria jurídica e de apoio jurídico, a nível interno e externo. Emitiu ainda pareceres e outros documentos de cariz jurídico, como sejam processos disciplinares, validação de contratos e de regulamentos internos. Deu suporte jurídico em Tribunal, à Direção.

6.6 Apoio Médico e Serviços de Enfermagem e Farmácia

A UCCI tem a sua equipa médica e de enfermagem própria. A ERPI e o Centro de Dia foram acompanhados por dois médicos em situações de urgência ou emergência fazendo atendimentos em ambulatório em situações clínicas. A ERPI e o Centro de Dia foram acompanhados pelos Serviços de Enfermagem e Farmácia internos da ARIFA, com 2 enfermeiros que diariamente prestaram apoio aos utentes da ARIFA, no acompanhamento da sua situação de saúde, potenciando comportamentos da promoção da saúde e bem-estar, controlando os indicadores básicos de saúde, acompanhando em ambulatório pequenas situações clínicas e acudindo em emergências ou urgências.

O Serviço de Enfermagem manteve a responsabilidade de gerir a compra, aprovisionamento, preparação e distribuição da medicação de cada utente da ERPI e CD e a sua toma de medicação diária. Durante 2025 a ARIFA, através da manutenção do contrato de prestação de serviços com a Farmácia D'Aires, assegurou a compra da medicação para os seus utentes, através do onde a farmácia fornece doses individuais prontas para administração, organizadas por paciente e horário. Este sistema aumenta a segurança ao reduzir erros de medicação, elimina cálculos pela enfermagem e reduz o desperdício, sendo uma prática recomendada. Promove a Segurança e Eficiência com o farmacêutico a validar a prescrição, e a medicação é

feita
A frota enviada pronta para uso, diminuindo o risco de contaminação e erros. Permite um controle rigoroso do inventário e reduz custos com desperdícios, especialmente para formas sólidas orais. O sistema de medicação em unidose (tipo blisters selados) é utilizado para organizar a medicação diária de doentes, garantindo maior segurança e rastreabilidade. Geriu também o calendário de consultas e exames dos utentes sejam internas ou externas. Prestou ainda informação e formação a trabalhadores e utentes nos cuidados primários de saúde e higiene.

6.7 Transportes

A frota de viaturas da Instituição foi melhorada, no ano de 2025, nomeadamente, para o Serviço da ERPI, com a aquisição de uma nova viatura elétrica.

De enfatizar que a candidatura e respetiva aprovação à aquisição de uma viatura no âmbito do Programa PRR-Mobilidade Verde, só foi possível porque a Câmara Municipal do Seixal apoiou o financiamento do restante valor, para além do valor atribuído em sede da Candidatura.

6.8 Participação da ARIFA nas redes e parcerias institucionais

A ARIFA assumiu-se como uma organização que tem o trabalho em rede e parceira na sua prática diária, potenciando recursos, trocando saberes e experiências e buscando a inovação na ação. Assim participou ativamente:

- Rede Social do Conselho do Seixal
- CLASS – Conselho Local de Ação Social do Seixal
- Comissão Social de Freguesia de Amora
- Membro da EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, núcleo de Setúbal
- União Distrital das IPSS de Setúbal
- UARPICS – União das Associações de Reformados e Pensionistas e Idosos do Concelho de Seixal

6.9 Os Recursos Humanos

- Assumem na sua atividade normal de rotina no acompanhamento da situação pessoal, do cadastro individual e da assiduidade dos trabalhadores da ARIFA, para além dos processos de oferta de emprego, de entrevistas de emprego, de elaboração das propostas de contratação para a Direção decidir e constituição dos respetivos processos administrativos.
- Apresentam mensalmente à Direção o Mapa de Ausências dos trabalhadores da ARIFA. No ano em análise há uma mobilidade mensal de cerca de catorze por cento entre baixas por doença, licenças sem vencimento, pedidos de cessação de posto de trabalho e férias levando a que muitas vezes tenham de ser feitos novos contratos de substituição dos trabalhadores em falta com os consequentes custos financeiros e instabilidade nos serviços.



6.9 Equipa de Higiene e Segurança no Trabalho

- Responsável pela Higiene e Segurança no Trabalho de todos os trabalhadores, dos utentes e visitantes da ARIFA bem como da manutenção das instalações dentro das condições de habitabilidade, conforto e segurança.
- Por decisão da Direção foi desenhado um Plano de Formação interna em Segurança no Trabalho da responsabilidade da equipa de HST da ARIFA.
- A equipa interna da HST elabora, apresenta para aprovação, divulga e faz executar os diferentes Relatórios de Avaliação de Riscos Profissionais efetuados após vistoria das instalações da ARIFA para as diferentes categorias profissionais que estão no Quadro de Pessoal. Para além da descrição do local são apresentadas medidas preventivas e/ou corretivas aconselhadas o edificado e a alteração ou reforço dos procedimentos corretos visando diminuir os riscos de acidentes em contexto de trabalho e o aparecimento de doenças profissionais.
- Após a elaboração das Medidas de Autoproteção para o edificado da ARIFA, a equipa de HST é responsável pela sua divulgação e por fazer cumprir as orientações constantes dos documentos técnicos. A sua elaboração e a responsabilidade técnica estão a cargo do Eng.º. Hugo João Pires Borges.

7. Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais 2025

7.1. Objetivos Estratégicos

7.1.1 Continuou o trabalho de promoção da modernização da ARIFA, reforçou a capacitação e a formação, estimulou a inovação, o empreendedorismo e a produção e disseminação de conhecimento.

7.1.2 Promoveu o reconhecimento da ARIFA, enquanto IPSS, como estrutura de base do setor da Economia Social, a nível local, regional e nacional.

7.1.3 Reforçou e potenciou as parcerias a que pertence entre pares, com as autarquias locais, com o Estado e os seus serviços descentralizados.

7.2. Objetivos Operacionais e Medidas

7.2.1 Reforçou a formação profissional e capacitação dos trabalhadores e dos dirigentes da ARIFA

- Com a operacionalização deste objetivo pretendeu-se promover a aquisição de conhecimentos e competências por parte dos/as dirigentes, quadros e trabalhadores/as da ARIFA, permitindo que ficassem mais capacitados para responder aos desafios atuais e às exigências de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, com formações internas e externas e aproveitando a oportunidade

para continuar com o uso dos valores pertencentes à ARIFA e provenientes da extinção do Fundo de Compensação para o Trabalho.

- Partilhou a informação relevante da vida da ARIFA.
- Envolveu os trabalhadores na vida da ARIFA, ouvindo as suas propostas e sugestões, e, proporcionando momentos e ações em que puderam dar o seu contributo e apoio.

7.2.2 Política de Formação da ARIFA


- Na ARIFA foi reconhecida a importância da formação e qualificação dos recursos humanos, como garante da prestação de serviços qualidade, mas também pela relevância que esta matéria assume na promoção da motivação profissional e na valorização dos/das trabalhadores/as. Assim, foram sempre divulgadas as oportunidades formativas disponíveis para o setor da Economia Social, e que permitiam acrescentar conhecimento, em temáticas transversais às diferentes funções e categorias profissionais. Foi ainda admitida, a frequência de outros cursos de formação e capacitação adaptados às necessidades, e que aumentaram as competências dos/as os/as trabalhadores/as, para além de potenciais ganhos de eficácia e eficiência da ARIFA.

7.2.3 Política de aplicação da HST e HACCP

- Trabalho nas áreas da prevenção, informação, formação e implementação dos procedimentos para a sua concretização.
- Ações regulares de informação em placard em lugar nobre nos diversos polos da ARIFA.
- Apresentação dos manuais de HST e das Medidas de Autoproteção aos trabalhadores, incentivando-os a tomar conhecimentos dos seus conteúdos.
- Ações para os utentes no sentido de preveni-los e orientá-los em caso de ocorrências.
- Ações para os utentes no sentido de orientá-los no seu modo de estar e agir dentro das instalações da ARIFA.

7.2.4 Manutenção da atualidade do site oficial da ARIFA e reforço da sua divulgação, como instrumento de comunicação e informação interna

- Foi criado um manual de procedimento para a entrega de material a ser colocado ou retirado do site e respetivo circuito de entrega para os diversos polos e serviços da ARIFA.
- Revitalizou-se e operacionalizou-se a forma de alimentação permanente e atual da página Facebook da ARIFA dando visibilidade ao trabalho das respostas sociais e serviços no terreno (atividades, ações, projetos...).



- Publicaram-se folhetos informativos dos polos e serviços da ARIFA, promotores da visibilidade do trabalho no terreno, das respostas sociais (atividades, ações, projetos...).

7.2.5 Dos Associados

- Promoveram-se junto dos associados momentos de partilha de informação relevante da vida da ARIFA.
- Envolveu-se os associados na vida do ARIFA, ouvindo as suas propostas e sugestões e proporcionando momentos e ações em que puderam dar o seu contributo e apoio nomeadamente nas Assembleias Gerais ou nas festas temáticas.

7.2.6 Da Representação da ARIFA

7.2.6.1 A ARIFA como membro da CNIS e representada nos seus órgãos sociais

- O Presidente da ARIFA manteve a função de Vogal do Conselho Fiscal da CNIS
- Participou nas reuniões da CNIS, em que a ARIFA é membro e, para as quais deve ir por inerência de funções ou por convite ou em representação, por vezes acompanhado por outros membros da Direção.

7.2.6.2 A ARIFA como membro da UDIPSS de Setúbal e representada nos seus órgãos sociais

- O Presidente da ARIFA e o Tesoureiro (em representação de outra IPSS) mantiveram as funções de Presidente e Secretário da Direção da UDIPSS de Setúbal, respetivamente.
- O Primeiro Secretário manteve a função de Presidente do Conselho Fiscal da UDIPSS de Setúbal.
- Participaram nas reuniões da UDIPSS de Setúbal, em que a ARIFA é membro e para as quais devem ir por inerência de funções ou por convite, sendo por vezes acompanhados por outros membros da Direção.

7.2.6.3 A ARIFA como membro da União das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho do Seixal e representada nos seus órgãos sociais.

- O Presidente da ARIFA manteve a função de Presidente da Direção da UARPICS.
- Participou nas reuniões da UARPICS, em que a ARIFA é membro e para as quais deve ir por inerência de funções ou por convite, sendo por vezes acompanhado por outros membros da Direção.

7.2.6.4 Da participação em workshops, seminários e outros encontros locais, regionais ou nacionais relevantes no domínio da Economia Social

ifina J. Costa

- A ARIFA continuou a assumir uma posição relevante no debate local, regional e nacional no âmbito do setor da Economia Social, consolidando a sua visibilidade e o reconhecimento do seu potencial inovador.

7.2.6.5 Da disseminação de boas práticas e projetos da prática diária da ARIFA

- Foi reforçada a partilha de conhecimentos e experiências de que a ARIFA é portadora no domínio das respostas sociais através dos nossos técnicos e pessoal especializado, em encontros e seminários.

8. Protocolos, Contratos, Programas e Parcerias

8.1 Foram mantidos os Protocolos de Cooperação com o ISS, IP

- ERPI
- UCCI
- Creche
- CD
- CC
- SAD
- Cantina Social

8.2 Foram mantidos os Contratos de Prestação de Serviços com o Ministério da Saúde e a articular com a ARS-LVT e ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal

- UCCI

8.3 Apresentadas candidaturas aos Programas do IEFP – Centro de Emprego e Centro de Formação do Seixal

- Estágios de formandos do IEFP - Centro de Formação do Seixal
- Programas promotores de emprego do IEFP - Centro de Emprego do Seixal

8.4 Assinados novos Contratos Programa com Câmara Municipal do Seixal e as Juntas de Freguesia do Concelho do Seixal, em particular com a Junta de Freguesia de Amora

- Intervenção na Cozinhada ERPI – Junta de Freguesia de Amora
- Requalificação de quartos da ERPI – Câmara Municipal do Seixal.
- Programa Escolas Resilientes 2024/2025 com a participação da Creche Baleia Amarela participou no simulacro de incêndio realizado na creche, em 23 de setembro de 2025. Iniciativa revelou-se de grande importância, contribuindo para a sensibilização e preparação das crianças e da equipa educativa face a situações de emergência, reforçando práticas de segurança e prevenção. A ARIFA foi congratulada com a atribuição de um diploma de participação, que nos honrou por reconhecer o empenho na promoção de uma cultura de segurança.

8.5 Manteve projetos em parceria com outras IPSS, organizações, associações ou entidades de saúde, culturais, recreativas ou desportivas

- RUMO
- LIGA
- ARTES – Associação Cultural do Seixal
- Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal – Apoio na recolha e transporte nos dois peditórios anuais.
- SOMOS IPSS - Plataforma enquadrada no Projeto TFA - TheoFrameAccountability que é um Quadro teórico para a promoção da *accountability* (prestação de contas) no setor da economia social, em particular as IPSS, promovido pelo ISCA - Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro em parceria com a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, o ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e o ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Continuidade na colaboração iniciada durante o processo de elaboração do PLSAS- Plano Local de Saúde Almada Seixal entre a Unidade Local de Saúde de Almada Seixal e a ARIFA- Associação dos Reformados e Idosos da Freguesia de Amora que vai culminar brevemente com a assinatura de uma Carta de Compromisso que visa formalizar a parceria entre a Unidade Local de Saúde e a ARIFA, dando

9. Recursos Informáticos e Site oficial da ARIFA

9.1 Reforço da sua divulgação como instrumento de comunicação e informação externa.

9.2 Criação de um circuito de entrega e desativação de conteúdos e da sua equipa responsável, para manter o site atualizado.

9.3 Manter o protocolo de domiciliação e gestão do site da ARIFA pela empresa RISKO.

10. Recursos Humanos

Como suporte essencial ao desenvolvimento das suas atividades e fazer cumprir a missão e atribuições da ARIFA, foi mantida a prática de ajustar de forma equilibrada o número de recursos humanos efetivos ou eventuais consentâneos com as necessidades existentes, procurando sempre a sustentabilidade financeira da organização. O Quadro de Pessoal da ARIFA assegurou o normal funcionamento da instituição, potenciando as suas capacidades e as suas competências.

Assim sendo, tem vindo a longo dos anos anteriores, e no exercício de 2025 a Instituição a aumentar os recursos humanos, apenas no estritamente necessário, no sentido de proporcionar uma melhor resposta à comunidade.

11. Recursos Financeiros

Nas Contas 2025 estão plasmados os Gastos e Rendimentos. Foram elaboradas de acordo com a legislação em vigor, estatutos e exigências das Entidades Fiscalizadoras da sua atividade e com as quais a Associação estabeleceu protocolos ou Contratos Programa.

As Rendimentos da ARIFA são assegurados pelos valores dos Acordos de Cooperação e Contratos de Prestação de Serviços para as diversas respostas sociais por parte do ISS, IP, através da sua estrutura descentralizada, Centro Distrital de Setúbal. As participações familiares são também outra fonte de Rendimentos, nas respostas sociais onde tal é permitido. Por último, os Rendimentos são completados com apoios à atividade por parte da Câmara Municipal do Seixal, da Junta de Freguesia de Amora ou donativos de empresas ou particulares.

São com esses valores que a ARIFA assegurou a execução dos objetivos e das ações inscritas no Orçamento Previsional de 2025, assim como o regular funcionamento da instituição.

Resumindo, no desenvolvimento da sua atividade em 2025, a ARIFA registou na rubrica Gastos 3 505 619,31€ e na rubrica Rendimentos 3 366 685,46€ que refletem um Resultado de Exploração Previsional negativo de 138 933, 85 euros.

Consideramos que este orçamento apresenta fiabilidade e sustentabilidade pois a sua conceção foi efetuada de acordo com os seguintes pressupostos:

- Foi efetuado com base nos elementos da contabilidade à data de 31/12/2025, pelo que a base dos valores apresentados não é empírica, mas sim fundamentada, e cada rubrica tem em conta os devidos valores próprios.
- As rubricas da receita e despesa estão orçadas com base na faturação atingida em 2025.

No anexo 1 está o Balanço 2025, no anexo 2 está a Demonstração dos Resultados por Naturezas de 2025, no anexo 3 está o Anexo ESNL 2025.

Os Relatórios de Atividades Técnicos estão apensos a este Relatório e devem ser lidos com atenção, por apresentarem informações do funcionamento da ARIFA muito mais detalhadas e particulares, respeitantes a cada uma das respostas sociais, de saúde ou de serviços.

É de referir que, a Direção teve a preocupação, de fazer uma gestão equilibrada, considerando o fluxo financeiro que chegou à Instituição através dos Acordos de Cooperação, da Prestação de Serviços e das Participações Financeiras.

Voltou a não ser um ano fácil, devido a vários fatores, nomeadamente ao aumento dos custos necessários ao funcionamento, nomeadamente os vários produtos consumíveis, os produtos alimentares, os produtos de higiene e conforto, os combustíveis e de novo o impacto do aumento da Remuneração Mínima Nacional, em todos os escalões da tabela salarial, em sede de CCT, sem um aumento idêntico por parte da Cooperação já que nas respostas em que as famílias são chamadas a pagar

Arife J Costa

No entanto, não tem sido possível recrutar pessoal com conhecimentos e qualidade, devido a alguns fatores, tais como o baixo salário, a indisponibilidade de trabalhadores qualificados para os serviços que a Instituição pratica e a exigência e empenho profissional necessários para trabalhar com os nossos utentes, muitos deles com elevada dependência motora, invalidez e demências.

Muitos foram os fatores que levaram a alguma instabilidade neste setor, motivados por situações várias, e que constam nos Relatórios Técnico, e referenciados pelas Coordenadoras das várias Respostas.

A Instituição tudo tem feito, no sentido de ultrapassar esta dificuldade, mas sem meios financeiros, a estabilização do quadro de pessoal será difícil. Registe-se a necessidade do pagamento dos Enfermeiros pela tabela da função pública, com o todos os custos inerentes, mas foi a única maneira de conseguir a sua fixação no Quadro de Pessoal da ARIFA.

O quadro de recursos humanos existente no decurso de 2025, garantiu a capacidade técnica e operacional da organização, traduziu-se no seguinte Mapa de Pessoal:

Categoria Profissional	Número			
	Quadro	Contrato	Voluntários	Prestação de serviços
Ajudante de Cozinha	8	4		
Ajudantes de Ação Direta (SAD)	16	1		
Ajudantes de Ação Educativa	9	2		
Auxiliar de Ação Médica	12	2		1
Auxiliar Serviços Gerais	9	1		
Encarregada Geral	1			
Empregada de Balcão	1			
Ajudante e Ação Direta (ERPI/Centro de d	24	2		
Chefe dos Serviços Administrativos	1			
Escriturárias	5	1		
Cozinheira	4			
Dispenseira	1			
Educador(a) de Infância (1)	5			
Enfermeiros(as)	9	2		4
Fisioterapeuta	1			
Coordenador UCCI	1			
Médicos(as)				3
Pedreiros	2			
Motoristas	1			
Psicólogos(as)	1			
Diretor de Serviços	1			
Técnico(a) de Animação Sociocultural	2		1 *	
Técnico(a) Financeiro	1			
Tesoureira	1			
Técnico(a) Recursos Humanos	1			
Técnico(a) Superior Segurança no Trabalho	2			
Lavandaria	3			
Técnicos(as) Superiores de Serviços Sociais	3	1		
Terapeuta da Fala				
Encarregada de Refeitório	1			
Nutricionista				
TOTAL	126	16	0	8

Handwritten signatures and initials in blue ink.

26 → parte dos custos, o esforço pedido tem de ser reduzido, fruto da conjuntura económica que foi também muito difícil para os orçamentos familiares.

Assim, vários fatores contribuíram, para a apresentação de um resultado do negativo no exercício de 2025.

Não se trata de uma situação alarmante, mas devido à sua recorrência é preocupante, sendo necessário inverter esta situação, para bem da sustentabilidade financeira da ARIFA.

12. Conclusões

O presente Relatório de Atividades e Contas 2025 reforçou o compromisso da ARIFA para com os seus utentes, trabalhando com ética organizacional, promovendo um ambiente de trabalho saudável e do desenvolvimento profissional e pessoal dos(as) seus(as) trabalhadores/as).

As atividades apresentadas visaram, assim, através da sua operacionalização, contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, com base num desempenho organizacional que integrou as componentes económica, social, ambiental e cultural ao longo de toda a sua atuação.

Perante o apresentado nos Relatórios Técnicos que fazem a parte integrante do presente Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, a ARIFA – Associação dos Reformados e Idosos da Freguesia de Amora, cumpriu com o aprovado pelos seus associados, em sede do Plano de Ação para 2025, tendo ido por vezes, além do que estava programado.

Só foi possível, porque a Instituição contou com os apoios financeiros dos parceiros institucionais e do parceiros e empresas locais, e o empenho e dedicação dos Corpos Sociais e dos nossos Trabalhadores.

As Instituições Sociais e, a ARIFA não é exceção, vivem muito dos cidadãos voluntários, que se disponibilizam para gerir as mesmas, pondo sempre à frente os reais interesses da Instituição, com o objetivo de apoiar quem mais precisa.

Vamos continuar a contar com todos os Associados, Parceiros, Beneméritos, Voluntários e Colaboradores, para continuarmos a ser uma ARIFA ao serviço das pessoas. Resumindo, a ARIFA em 2025 continuou a CRESCER, apesar de todas as dificuldades.



A Direção da ARIFA
Amora, aos 20 de março de 2025

Presidente: Fernando Júlio da Silva e Sousa

Vice-Presidente: Maria Júlia S. Freire

Tesoureiro: Guilherme José de Abreu Bettencourt

1º Secretário: António Joaquim

2º Secretário: José Assunção Dias Costa

1º Vogal: Adriel Augusto Madureira

13. Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos – 2025

A Direção propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2025, no valor de – 138 933, 85€ sejam transferidos para Resultados Transitados.

Amora, aos 20 de março de 2025

A Direção,

Presidente: Fernando Júlio da Silva e Sousa



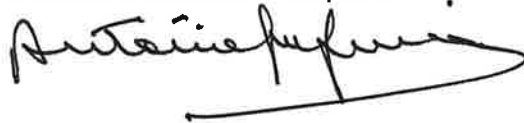
Vice-Presidente: Maria Júlia S. Freire

Maria Júlia dos Santos Freire

Tesoureiro: Guilherme José de Abreu Bettencourt



1º Secretário: António Joaquim



2º Secretário: José Assunção Dias Costa

José Assunção Dias Costa

1º Vogal: Adriel Augusto Madureira

**ASSOCIAÇÃO REFORMADOS E
IDOSOS DA FREGUESIA DA AMORA**

Anexo

Conta de Gerência de 2025

Índice

1 Identificação da Entidade.....	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1 Bases de Apresentação.....	4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5 Activos Fixos Tangíveis.....	13
6 Activos Intangíveis.....	15
7 Locações.....	16
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	16
9 Inventários.....	17
10 Rédito.....	17
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	17
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	18
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	18
14 Imposto sobre o Rendimento.....	17
15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos.....	18
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
17 Outras Informações.....	19
17.1 Investimentos Financeiros.....	20
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	20
17.3 Créditos a Receber.....	20
17.4 Outros Ativos Correntes.....	21
17.5 Diferimentos.....	22
17.6 Caixa e Depósitos Bancários.....	21
17.7 Fundos Patrimoniais.....	22
17.8 Fornecedores.....	23
17.9 Estado e Outros Entes Públicos.....	22
17.10 Outros Passivos Correntes.....	23
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração.....	23
17.12 Fornecimentos e serviços externos.....	24
17.13 Outros rendimentos e ganhos.....	24
17.14 Outros gastos e perdas.....	24
17.15 Resultados Financeiros.....	25
17.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	25

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

Associação Reformados e Idosos Freguesia da Amora

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 105, de 17 de Maio de 1980, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, 25 de Fevereiro.

1.2 Sede

Rua Abel Salazar, Cruz de Pau 2845-042 Amora

1.3 NIPC

501 049 010

1.4 Natureza da atividade

A Instituição foi constituída em 25/03/1980 e apresenta como fins estatutários prestar serviços de proteção na velhice, prioritariamente aos idosos com falta ou diminuição de meios de subsistência e de capacidade para o trabalho, bem como à prestação de cuidados de saúde e apoio social a pessoas que independente da idade, se encontram em situação de dependência temporária ou permanente, desenvolvendo atualmente as seguintes respostas:

- Repostas Sociais: Lar; Centro Dia; Centro Convívio; Apoio domiciliário e UCCI
- Projetos: Creche;
- Programas: Cantina Social; Jornadas “Saber Envelhecer hoje”; Grupo de voluntariado;
- Parcerias sociais.

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o fator determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do

processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode, porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os ativos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, exceto quando a mesma reflita a substância da transação ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta do saldo decrescente, das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta do saldo decrescente, das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Ativos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta do saldo decrescente, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	-----
Propriedade industrial	-----
Outros Ativos Intangíveis	-----

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controle nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registrados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registradas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registrados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registrada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registrados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros não são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Bens do património histórico, artístico e cultural

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição (Activo)	Exercício de 2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Terreno e recursos naturais	99 759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	99 759,58
Edifícios e outras construções	2 592 165,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2 592 165,26
Equipamento Básico	609 695,26	14 476,00	0,00	0,00	0,00	624 171,26
Equipamento de transporte	246 830,94	0,00	0,00	0,00	0,00	246 830,94
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	235 795,47	0,00	0,00	0,00	0,00	235 795,47
Outros activos fixos tangíveis	136 879,73	0,00	0,00	0,00	0,00	136 879,73
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 921 126,24	14 476,00	0,00	0,00	0,00	3 935 602,24

Exercício de 2024				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	847 968,88	48 905,80	0,00	896 874,68
Equipamento Básico	521 761,48	26 423,49	0,00	548 184,97
Equipamento de transporte	212 932,14	8 474,70	0,00	221 406,84
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	231 764,39	2 013,11	0,00	233 777,50
Outros activos fixos tangíveis	127 763,65	4 508,16	0,00	132 271,81
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 942 190,54	90 325,26	0,00	2 032 515,80

Exercício de 2025						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	99 759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	99 759,58
Edifícios e outras construções	2 592 165,26	136 576,53	0,00	0,00	0,00	2 728 741,79
Equipamento Básico	624 171,26	14 993,21	0,00	0,00	0,00	639 164,47
Equipamento de transporte	246 830,94	37 140,13	0,00	0,00	0,00	283 971,07
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	235 795,47	0,00	0,00	0,00	0,00	235 795,47
Outros activos fixos tangíveis	136 879,73	0,00	0,00	0,00	0,00	136 879,73
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 935 602,24	188 709,87	0,00	0,00	0,00	4 124 312,11

Exercício de 2025				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	896 874,68	62 563,45	0,00	959 438,13
Equipamento Básico	548 184,97	28 505,09	0,00	576 690,06
Equipamento de transporte	221 406,84	15 902,73	0,00	237 309,57
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	233 777,50	2 017,97	0,00	235 795,47
Outros activos fixos tangíveis	132 271,81	4 097,26	0,00	136 369,07
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 032 515,80	113 086,50	0,00	2 145 602,30

Ano	Total Activos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Líquido
2024	3 935 602,24	2 032 515,80	1 903 086,44
2025	4 124 312,11	2 145 602,30	1 978 709,81

Propriedades de Investimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

6 | Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2024						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	1 388,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 388,17
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 388,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 388,17

Exercício de 2024				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	1 388,17	0,00	0,00	1 388,17
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 388,17	0,00	0,00	1 388,17

Exercício de 2025						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	1 388,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 388,17
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 388,17	0,00	0,00	0,00	0,00	1 388,17

Exercício de 2025				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	1 388,17	0,00	0,00	1 388,17
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 388,17	0,00	0,00	1 388,17

Ano	Total Activos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Líquido
2024	1 388,17	1 388,17	0,00
2025	1 388,17	1 388,17	0,00

7 | Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente aos empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	9 036,50	9 036,50	28 280,16	13 952,09	42 232,25
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	9 036,50	9 036,50	28 280,16	13 952,09	42 232,25

Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Estrutura dos Financiamentos Obtidos - Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Descrição	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	0,00	0,00	0,00	41 580,72	207 139,12	248 719,84
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	97 002,38	0,00	97 002,38	41 171,02	0,00	41 171,02
Contas caucionadas	125 000,00	0,00	125 000,00	125 000,00	0,00	125 000,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	222 002,38	0,00	222 002,38	207 751,74	207 139,12	414 890,86

9 | Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2024					Exercício de 2025			
	CMVMC	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário Final	CMVMC	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário Final
Mercadorias									
Matérias-primas, Subs. Consumo									
Géneros Alimentares	339 879,00	2 020,03	295 504,69	44 745,42	2 391,14	439 795,04	399 083,20	41 082,95	2 762,25
Produtos de Higiene e Limpeza	93 874,60	14 293,46	76 685,67	7 531,80	4636,3 3	85 815,25	83 447,96	6 054,19	8323,2 3
Outros/Mat. Escritório/Desg. Rápido/Rouparia	139 4 084,23	2 169,76	140 733,72	1 922,00	741,25	3 084,47	1 812,87	3 482,36	2952,0 1
Material Clínico - Enc. c/ Utentes	619,29	5 607,53	140 433,28	4 374,83	10796, 35	162 965,76	156 214,50	138,69	4183,7 8
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desp., resid. Interm.									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	577 457,12	24 090,78	513 357,36	58 574,05	18 565,07	691 660,52	640 558,53	50 758,19	18 221,27

10 | Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2025
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	884 206,50	995 787,80
Quotas e joias	16 224,99	15 987,84
Subsídios ISS - Acordos Cooperação	1 256 294,04	1 416 829,60
Serviços Secundários	16 738,50	15 600,62
Descontos e Abatimentos - Gratuidade	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	2 173 464,03	2 444 205,86

11 | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

15 Benefícios dos empregados e Órgãos diretivos

Os membros dos órgãos diretivos, para os períodos de 2024 e 2025, foram, respetivamente:

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Exercício de 2024	
Cargo	Nome
Presidente	Fernando Júlio da Silva e Sousa
Vice-Presidente	Maria Júlia S. Freire
Tesoureiro	Maria Umbelina Antónia Branco Soares Ribeiro
1º Secretário	António Joaquim
2º Secretário	Guilherme Bettencourt

Exercício de 2025	
Cargo	Nome
Presidente	Fernando Júlio da Silva e Sousa
Vice-Presidente	Maria Júlia S. Freire
Tesoureiro	Maria Umbelina Antónia Branco Soares Ribeiro
1º Secretário	António Joaquim
2º Secretário	Guilherme Bettencourt

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 913 356,08	2 068 825,32
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	364,14	3 212,83
Encargos sobre as Remunerações	395 711,09	423 613,69
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	39 497,28	46 222,13
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3 275,67	16 415,61
Total	2 352 204,26	2 558 289,58

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em:	
Exercício	número médio de colaboradores
31-12-2024	135,00
31-12-2025	140,00

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, contudo as dívidas evidenciadas, encontram-se a ser regularizadas mediante acordo de pagamento com a tutela.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2025
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	25 319,80	652,72
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	25 319,80	652,72

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, apresentava os seguintes saldos:

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	5 844,53	24 782,91
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	5 844,53	24 782,91

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes”, tinha em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2025
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	480,33
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	775,64	379,28
Devedores por acréscimos de rendimentos	103 005,79	166 430,74
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	30 577,51	28 577,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Ativos Financeiros - Ações	0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros	36,18	36,18
Total	134 395,12	195 903,53

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
- Seguros	2 848,00	16 409,97
- Outras Despesas com Custo Diferido	0,00	0,00
- Obras de Conserv. E Reparação	0,00	0,00
-		
Total	2 848,00	16 409,97
Rendimentos a reconhecer		
- Mensalidades	0,00	0,00
- ISS - Apoio Extraordinário	0,00	0,00
- Outras Receitas com Provento Diferido	190 837,84	185 645,86
Total	190 837,84	185 645,86

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Caixa	25,99	191,81
Depósitos à ordem	2 039,26	4 682,50
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	2 065,25	4 874,31

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	507 223,80	0,00	0,00	507 223,80
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-380 682,67	19 293,20	138 933,85	-500 323,32
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	994 113,16	145 238,40	79 228,91	1 060 122,65
Total	1 120 654,29	164 531,60	218 162,76	1 067 023,13

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Passivo		
Fornecedores c/c	18 178,92	13 380,94
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	18 178,92	13 380,94
Activo		
Adiantamentos Fornecedores	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 010,92	5 016,07
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	4 010,92	5 016,07
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	9 967,23	11 906,45
Segurança Social	134 918,73	100 958,28
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	144 885,96	112 864,73

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2025	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	4 338,42	0,00	6 340,57
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos de Utentes	0,00	27 841,91	0,00	34 344,39
Fornecedores de Investimentos	0,00	152 430,17	0,00	152 430,17
Credores por acréscimo de gastos	0,00	350 250,54	0,00	364 671,03
Outros credores	0,00	3 548,55	0,00	41 213,84
Total	0,00	538 409,59	0,00	599 000,00

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2025
Subsídios ISS	349 102,70	372 118,69
- Subsídios ISS - Acordos Cooperação	349 102,70	372 118,69
- Fundo Socorro Social		
- Outros Subsídios ISS - Adaptar Social +	0,00	0,00
- Outros Subsídios ISS - Apoios Excepcionais Covid	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades Públicas	8 950,00	491 616,56
- Autarquias	8 950,00	15 961,87
- IEFP	0,00	33 594,69
- Outras Entidades	0,00	442 060,00
Subsídios de Outras Entidades	429 925,98	0,00
Doações e heranças	63 488,62	61 269,08
Legados	0,00	0,00
Total	851 467,30	925 004,33

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	206 468,87	253 224,33
Materiais	33 094,39	39 493,65
Energia e fluidos	61 087,80	60 772,32
Deslocações, estadas e transportes	398,56	746,96
Serviços diversos	142 223,94	157 959,47
Encargos com utentes	145 208,44	168 327,69
Total	588 482,00	680 524,42

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Rendimentos Suplementares	181 875,49	219 599,29
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	14 459,70	1 998,25
Outros rendimentos e ganhos	145 418,94	97 182,91
Total	341 754,13	318 780,45

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Impostos	1 277,37	1 507,57
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	277,14	0,00
Outros Gastos e Perdas	116 481,15	25 284,11
Total	118 035,66	26 791,68

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2025
Juros suportados	16 693,13	17 738,35
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	16 693,13	17 738,35
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-16 693,13	-17 738,35

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data mais eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Setúbal, 6 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Dario Silva

Dario Serahim Barata da Silva
Membro Nº 58039

Técnico Oficial de Contas
Dario Serahim Barata da Silva
Nº 58039

A Direção

Luís António Filipe da Silva
Luís António dos Santos Freire
[Assinatura]